ADRIANO BRITO E TONY OLIVEIRA



FINANCIAMENTO PARA O AGRONEGÓCIO

DESAFIOS E ALTERNATIVAS PARA GARANTIR O CRESCIMENTO DO SETOR

SENAR CNA Brasil INSTITUTO CNA
Compromisso com o Brasil

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) realizou o Seminário Agro em Questão – Financiamento para o Agronegócio: desafios e alternativas para garantir o crescimento do setor, na sede da entidade, em Brasília. Os impactos da restrição fiscal sobre a política de crédito rural levam à necessidade de pulverização das fontes de financiamento e a criação de alternativas para a maior inclusão financeira dos produtores rurais.

JOÃO MARTINS DA SILVA JUNIOR
Presidente do Sistema CNA

Devido à grande defasagem entre dispêndios e receitas, o setor rural é forte demandante de crédito. Este instrumento permite a incorporação continuada e o uso intensivo de tecnologias, com maiores sustentabilidade e capacidade produtiva para a atividade.

O acesso ao crédito rural é dificultado pela maior seletividade das instituições financeiras e por barreiras institucionais, de gestão, financeiras e de acesso à informação. Isso traz desafios para os produtores, as associações, as cooperativas e os demais agentes do agronegócio. A manutenção dos resultados da agropecuária e os seus efeitos sobre o crescimento econômico do País estão em risco.

PAINEL 1: PANORAMA DO FINANCIAMENTO PARA O AGRONEGÓCIO – VISÃO DO PRODUTOR



JOSÉ MÁRIO SCHREINER

Vice-presidente da CNA e presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg) e da Comissão Nacional de Política Agrícola da CNA

Para atender a demanda mundial de alimentos de uma população crescente, o Brasil precisa aumentar a sua produção e a sua produtividade. O País precisa aprimorar a gestão de riscos e o uso do mercado de capitais na agropecuária, com eficiência para os poucos recursos orçamentários disponíveis. Na safra 2016/17, 31% do financiamento da agropecuária tiveram como fonte as instituições financeiras, enquanto os recursos próprios dos produtores representaram 39%. Cada vez mais, o orçamento é direcionado às atividades-meio, e não às atividades-fim da política agrícola. No orçamento de 2018, foram reduzidos tanto os recursos para equalização da taxa de juros do crédito rural (48,4%) como para os programas de gestão de riscos (25,6%).

MÁRCIO LOPES DE FREITAS

Presidente do Sistema da Organização das Cooperativas do Brasil (Sistema OCB)

Apesar da necessidade de ajustes no modelo de financiamento do agronegócio brasileiro, devemos muito ao crédito rural, além da pesquisa, do uso de tecnologia e do empreendedorismo dos produtores rurais. O movimento cooperativista reconhece o papel dessa ferramenta para a agropecuária brasileira chegar até aqui.



ADRIANO BRITO E TONY OLIVEIRA

Na migração para um novo modelo, o produtor necessita de segurança. Daí a importância de termos uma política de seguro rural eficaz. Devemos compreender melhor os fluxos e as contribuições do agro para a economia. Desnaturar uma arquitetura consolidada de política agrícola, via crédito rural, com a sua contribuição histórica, seria um grande equívoco. É nítido o efeito de substituição das fontes oficiais por *barters*, Cédulas do Produtor Rural (CPRs) de gaveta e outros adiantamentos, cujo custo médio situa-se em torno de 20% ao ano, bem acima do custo suportável pelo setor.

ALEXANDRE MENDONÇA DE BARROS

Sócio consultor da MB Agro

O crescimento da produtividade e da produção está correlacionado à disponibilidade do crédito rural para a modernização e a expansão do setor. Se a política reformista seguir adiante, mantendo a quebra da inércia inflacionária, a economia deverá crescer sem pressão sobre os preços. Vital para todos os setores, isso permitirá a manutenção da taxa de juros em níveis historicamente baixos. A equalização da taxa de juros será direcionada para linhas mais específicas. A vantagem tributária nos títulos é fundamental para o desenvolvimento do mercado de capitais, porém os investidores querem conhecer o balanço, os resultados e a consistência da empresa na qual estão investindo.

PAINEL 2: VISÃO DO GOVERNO SOBRE O FINANCIAMENTO PARA O AGRONEGÓCIO

BLAIRO MAGGI

Ministro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

O arrocho econômico do Brasil traz consequências para a agropecuária. A sociedade brasileira precisa reconhecer a contribuição deste setor para a estabilização da economia brasileira. Na conformação do Plano Safra 2018/2019, o MAPA fará extensa discussão com os produtores rurais de todo o País, para identificar as suas necessidades mais prementes. Precisamos saber as prioridades do setor para nos comunicarmos com as instituições governamentais envolvidas. As tecnologias são indispensáveis para aumentar a produtividade. Como o seguro de renda é a chave para atrair investimentos, liderado pelo ex-ministro da Agricultura Alysson Paolinelli, temos um Grupo de Trabalho (GT) para analisar essa política.

TEREZA CRISTINA

Deputada federal (DEM/MS) e presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)

O seguro rural será assunto prioritário na gestão da FPA. O orçamento cada vez mais engessado coloca em xeque a continuidade da política de crédito rural. Na FPA, procuramos antecipar os problemas, como a disponibilidade e o acesso ao crédito. Em 2017, elaboramos uma Medida Provisória sobre o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) em moeda estrangeira. Isso não avançou, pois algumas instituições no Governo entendem que o imposto de renda deve incidir sobre a variação cambial, além da remuneração do título. Esse mecanismo é importante para o financiamento dos grandes produtores, mas abre espaço orçamentário para a política de crédito rural voltar-se aos médios e aos pequenos.



ADRIANO BRITO E TONY OLIVEIRA

ANA PAULA VESCOVI

Secretária da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF)

Há várias fontes de financiamento no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), nem todas sujeitas à equalização da taxa de juros, realizada pelo Tesouro Nacional. Não se deve confundir o volume de recursos disponíveis para o financiamento do setor agropecuário com o custo de equalização para o Tesouro Nacional. Há grande espaço para ganhar eficiência nas políticas agropecuárias, como a melhoria e a integração dos programas de seguro rural, por exemplo. É preciso otimizar o gasto público. O Governo está em vias de permitir a antecipação dos pagamentos do Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA), importante para o setor agropecuário porque viabilizará a liquidação desses débitos com a liberação das garantias.



PAULO RABELLO DE CASTRO

Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Preparamo-nos para buscar fontes externas de investimento, em países com excesso de poupança. Elaboramos o planejamento estratégico até 2035, com projeções setoriais. O nosso objetivo é tornar o Brasil um país desenvolvido até 2035. Com evolução extraordinária, a participação do agronegócio na carteira de clientes do BNDES é crescente. Este é o banco das taxas normais e das taxas não subsidiadas. Os clientes pagam também o *spread*, que gera o imposto de renda, e os dividendos retornam aos cofres públicos. Os agentes financeiros privados devem aproximar-se do setor. Temos de estabelecer o seguro de forma expansiva e simplificar as linhas de crédito para a agropecuária. O grande desafio é fazer o Brasil ser simples, veraz e eficiente.

PAINEL 3: FONTES DE MERCADO PARA O FINANCIAMENTO DO AGRONEGÓCIO

MOACIR TEIXEIRA

Sócio fundador da Ecoagro

O dólar é o *hedge* natural da atividade produtiva. O produtor rural precisa se proteger, mas inexistem mecanismos no mercado local, apesar da avidez dos mercados de capitais de renda fixa americano, asiático e europeu. Para o CRA, propomos a isenção tributária sobre a variação cambial, de modo que o investidor estrangeiro não saia do País com menos recurso do que o aplicado no setor. Com a elevação da oferta de crédito, o produtor rural poderá optar pela operação de menor custo. O dinheiro de longo prazo é imprescindível para o planejamento dos produtores e das cooperativas agropecuárias.

CARLOS AGUIAR

Diretor de Agronegócios do Banco Santander

O financiamento para o agronegócio supera o estoque de R$ 270 bilhões em empréstimos do sistema bancário. Este valor não considera o repasse dos outros agentes das cadeias agroindustriais tomadores de recursos bancários para ofertar aos produtores rurais. Como a precificação do crédito rural não considera o nível de risco de crédito dos clientes, há concentração naqueles de menor risco e falta de recursos para quem precisa. Com a Selic abaixo da taxa de juros do crédito rural, quem não precisa deixa de fazer crédito rural e sobram mais recursos para quem precisa. As taxas subsidiadas devem permanecer somente para programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP), enquanto parte dos recursos alocados em equalização da taxa de juros deve ser utilizada em políticas de garantia de preço, *hedge* e seguro rural.

ADRIANO BRITO E TONY OLIVEIRA



THATYANNE GASPAROTTO

Gestora de Relacionamento no Brasil da Climate Bonds Initiative (CBI)

A CBI é uma organização internacional apoiadora e fomentadora do desenvolvimento de mercados de capitais de longo prazo para acelerar a transição da economia global de baixo carbono por meio de instrumentos financeiros "verdes". Desde 2015, a CBI atua no Brasil em três frentes: nas operações de títulos "verdes"; na congregação de entidades definidoras dos requisitos dos projetos elegíveis como "verdes"; e no acompanhamento de dados e na elaboração de publicações. Três setores foram identificados com maior potencial de investimentos no País: energia, agropecuária e infraestrutura.

CARLOS EDUARDO RATTO PEREIRA

Diretor executivo da B3

Embora o setor agropecuário seja extremamente atraente do ponto de vista do investidor, ainda há dependência dos mecanismos tradicionais de financiamento. Desde 2013, o estoque de CRA cresceu muito, tendo alcançado R$ 30,1 bilhões em janeiro deste ano. Porém, comparativamente a outros instrumentos do mercado de capitais, como debêntures e ações, o mercado de CRA ainda é incipiente, com corporações ligadas ao agronegócio, e não diretamente ao produtor rural. Do lado do investidor, é necessário melhorar o nível de transparência do risco de cada produtor, modernizar os títulos (os investidores não têm interesse em títulos físicos), promover a certificação digital com endosso eletrônico e desenvolver mais produtos para os diversos públicos, como o CRA em dólar.

COMENTÁRIOS FINAIS

FERNANDA SCHWANTES

Assessora técnica da Comissão Nacional de Política Agrícola da CNA

De 2013 a 2017, quase 1 milhão de contratos deixaram de ser firmados em crédito rural nas instituições financeiras. Isso tem ocorrido devido à maior seletividade das instituições financeiras (exigência de reciprocidade), à concentração de mercado entre os ofertantes de crédito e à variabilidade da disponibilidade de recursos das fontes tradicionais (depósitos à vista e Poupança Rural).

O mercado de capitais tem se tornado uma fonte cada vez mais importante para o financiamento da agropecuária nacional, de forma complementar às fontes tradicionais. Já existe uma gama de títulos que permitem à agropecuária se financiar com os fundos de investimento, por exemplo. Precisamos melhorar o conhecimento dos investidores potenciais sobre o agronegócio e dos agentes do agronegócio sobre o funcionamento do mercado de capitais, visando alavancar este mercado como alternativa de financiamento para o setor. Mais opções de financiamento elevam a competitividade entre os ofertantes de crédito, o que impacta diretamente sobre o custo das operações.

Entre os encaminhamentos do Seminário, podemos destacar a necessidade de definição de uma política agrícola de médio e longo prazos, que possibilite o planejamento dos produtores rurais, a coordenação entre programas de políticas públicas, visando à otimização dos gastos com o setor e à previsibilidade orçamentária em atividades-fim da política agrícola, como o crédito e o seguro rurais. Os planos de governo para o setor agropecuário devem objetivar a manutenção dos resultados positivos do setor e a garantia de renda ao produtor. Para tanto, a evolução sistemática do mercado de capitais e dos programas de seguro rural e garantia de preços é fundamental. ■